

4ºRTD-RJ - 823377Emol.96.81/Distrib.12.48/Let.111/06.5.46
Mútuas/ACOTERJ.9.07/FETJ.21.85
Lei 4.684/05.5.46/Tot.Emol.(R\$): 151,13
PARÂM: Vias: 2 / Norne(s): 2 / Págs: 5
Proc. Estr. N / Averb: N / Dilig.**4º RTD - RJ
CAPITAL****TERMO ADITIVO / PR2SG - 002/2007 AO
CONTRATO CT-PROINFA/PCH- 008/2004
CELEBRADO ENTRE CENTRAIS ELÉTRICAS
BRASILEIRAS - ELETROBRÁS E
HIDROPOWER ENERGIA S/A (PRODUTOR
INDEPENDENTE AUTÔNOMO)**

354

**4º RTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 29/06/2010
REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 823377**

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS, doravante referida simplesmente **ELETROBRÁS**, sociedade anônima de economia mista constituída pela Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, nº 409 - 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.001.180/0002-07, devidamente autorizada pela Res. n.º 184/04 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação nº 038/04 de seu Conselho de Administração, em reuniões realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2004 e em 12 de maio de 2004, neste ato representada por seus Presidente e Diretor, ao final nomeados e assinados, em conformidade com o que dispõe o inciso VII do artigo 34 de seu Estatuto Social; e **HIDROPOWER ENERGIA S/A**, doravante denominado simplesmente **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1856, sala 107/A - Bairro: Bosque da Saúde, CEP: 78.050-000, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 05.261.707/0001-75 e no Cadastro Fiscal do Estado de Mato Grosso sob o n.º 13.211.989-7, aqui representada, nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, ao final nomeados e assinados;

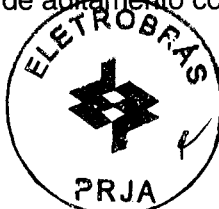
CONSIDERANDO QUE :

I – A ELETROBRÁS, através da resolução RES-184/2004 da Diretoria Executiva, de 31 de março de 2004, e da Deliberação do Conselho de Administração DEL-038/2004, de 12 de maio de 2004, aprovou os modelos de contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE, a serem celebrados pela ELETROBRÁS com os participantes da 1ª Etapa do PROINFA.

II – Em 30 de junho de 2004, a ELETROBRÁS e o PRODUTOR firmaram o CONTRATO CT-PROINFA/PCH-008/2004, empreendimento **PCH ENGENHEIRO JOSÉ GELÁSIO DA ROCHA**, posteriormente homologado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 009/2005, de 13 de janeiro de 2005;

III - A ELETROBRÁS foi autorizada, pela Portaria do MME nº 452 de 28 de setembro de 2005, a promover a prorrogação do prazo de início de funcionamento das instalações de produção de energia elétrica para até 30 de dezembro de 2008, desde que observadas as características e peculiaridades de cada um dos contratos e sem prejuízo de outros ajustes e novas obrigações contratuais que a critério da ELETROBRÁS se fizerem necessários;

IV – A Portaria MME nº 296, de 29 de novembro de 2006, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Portaria MME nº 452, estabelece a data de 30 de março de 2007 para conclusão dos processos de aditamento contratuais;



V – O PRODUTOR informou a ELETROBRÁS a nova DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL, através de proposta de cronograma para aditivo contratual, aprovada pela ELETROBRÁS e protocolada na ANEEL;

VI – O modelo do presente TERMO ADITIVO foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 166/2007, de 06 de março de 2007, elaborado com base no modelo anteriormente aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 072/2007, de 30 de janeiro de 2007, tendo sido deste último excluída a cláusula terceira referente à prestação de garantia contratual, em função da DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL deste empreendimento.



As PARTES resolvem de comum acordo firmar o presente aditivo que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira:

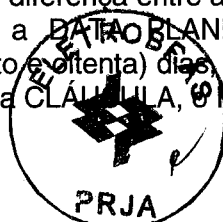
As Cláusulas do CONTRATO passam a vigorar com a seguinte redação:

- I. **“CLÁUSULA 1ª – (...)**
19) **“DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL”:** 31 de janeiro de 2007, informado pelo PRODUTOR; (...)”
- II. **“CLÁUSULA 5ª – O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura, até 30 de janeiro de 2027, data esta calculada somando-se 20 (vinte) anos à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL. (...)”**
- III. **“CLÁUSULA 16 – (...)**
c) atraso na DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL superior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL, ou caso a **PCH ENGENHEIRO JOSÉ GELÁSIO DA ROCHA** não entre em operação, com a totalidade de suas unidades geradoras até 30 de dezembro de 2008, o que ocorrer primeiro; (...)”
- IV. **“CLÁUSULA 17 – (...)**

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso a diferença entre a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda 90 (noventa) dias, o PRODUTOR deverá pagar à ELETROBRÁS, a título de multa, o valor correspondente à ENERGIA CONTRATADA, calculada *pro rata tempore*, valorada pelo preço definido na CLÁUSULA 10, com a aplicação do índice de atualização estabelecido na CLÁUSULA 12, a contar da DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL até a efetiva entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL da **PCH ENGENHEIRO JOSÉ GELÁSIO DA ROCHA**, observada a data limite de 30 de dezembro de 2008. (...)

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a diferença entre a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda 180 (cento e oitenta) dias, além da multa prevista no PARÁGRAFO TERCEIRO desta CLÁUSULA, o PRODUTOR está sujeito à

A



31

[Handwritten signature]

rescisão contratual e à penalidade prevista na CLÁUSULA 16, PARÁGRAFO QUINTO do CONTRATO CT-PROINFA/ PCH - 008/2004.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso o atraso da DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL em relação à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL for devido a condições impostas no PARECER DE ACESSO CONCLUSIVO, o PRODUTOR não se sujeitará à aplicação das penalidades descritas nos PARÁGRAFOS desta CLÁUSULA, desde que este atraso não ultrapasse a data de 30 de dezembro de 2008.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Em qualquer hipótese a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL não poderá ocorrer após 30 de dezembro de 2008.”

VI. “CLÁUSULA 22 – (...)

- b) assinar o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, com o ONTS e/ou o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO com a CONCESSIONÁRIA ou PERMISSIONÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO, respeitando os prazos definidos na CLÁUSULA 16, alínea “p”; (...)



Cláusula Segunda:

O PRODUTOR deverá apresentar em até 90 dias após a assinatura deste TERMO ADITIVO, os seguintes documentos integrantes dos anexos estabelecidos na CLÁUSULA 2ª do CONTRATO CT-PROINFA/ PCH - 008/2004:

- a) Ato Autorizativo expedido pela ANEEL com o novo cronograma já anteriormente aprovado pela ELETROBRÁS e protocolado na ANEEL;
- b) CUST e/ou CUSD com as devidas alterações com referência à DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL da usina.

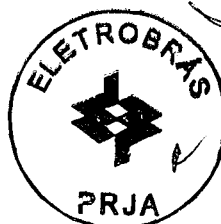
Cláusula Terceira:

É também parte integrante deste TERMO ADITIVO, constituindo um todo único e indissociável, a proposta de cronograma para aditivo contratual aprovada pela ELETROBRÁS.

Cláusula Quarta:

Fica excluída do CONTRATO a CLÁUSULA 29, devendo ser feita, se necessário, a respectiva correção na numeração do instrumento contratual.

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

Cláusula Quinta:

As partes, desde já, ratificam todos os termos e condições do CONTRATO não expressamente modificados pelo presente TERMO ADITIVO ou que com ele conflitem. Este TERMO ADITIVO constitui parte integrante do CONTRATO para todos os fins de direito.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO em 3 (três) vias de igual teor e forma, as quais, após lidas, conferidas e achadas em conformidade com todos os seus termos, são assinadas pelas PARTES, na presença de duas testemunhas devidamente identificadas.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS


VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA
Presidente em Exercício


JOÃO RUY CASTELO BRANCO DE CASTRO
Diretor de Projetos Especiais e
Desenvolvimento Tecnológico e Industrial

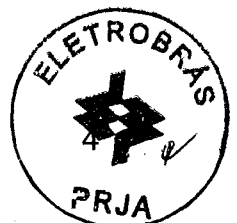
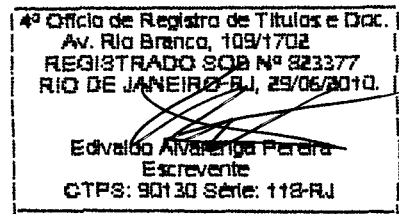
HIDROPOWER ENERGIA S/A

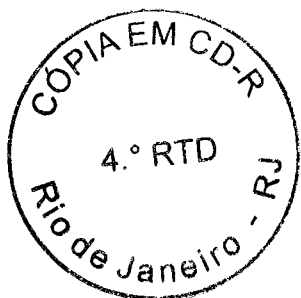

JÚLIO CÉSAR BIEZUS NEVES
Diretor

TESTEMUNHAS



RP054608





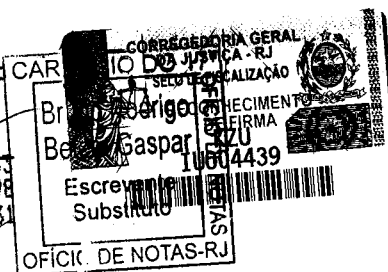
17º OFÍCIO DE NOTAS -- Resp p/ Exp.: Abílio Vieira Gomes
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9800. Reconheço
por semelhança a firma de: JULIO CESAR BIEZUS NEVES
Cod: 184E14582A6A
Rio de Janeiro, 24 de Abril de 2007. Conf. por:
da verdade. Serventia : 3.33
Em testemunho : 0.98
30% TJ+FUNDOS : 4.31
Total : 4.31

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Substituto



17º OFÍCIO DE NOTAS -- Resp p/ Exp.: Abílio Vieira Gomes
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9800. Reconheço
por semelhança a firma de: JOAO RUY CASTELO BRANCO DE CASTRO
Cod: 076B81068806
Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2007. Conf. por:
da verdade. Serventia : 3.33
Em testemunho : 0.98
30% TJ+FUNDOS : 4.31
Total : 4.31

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Substituto



17º OFÍCIO DE NOTAS -- Resp p/ Exp.: Abílio Vieira Gomes
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9800. Reconheço
por semelhança a firma de: VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA
Cod: 076B81713ADA

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2007. Conf. por:
da verdade. Serventia : 3.33
Em testemunho : 0.98
30% TJ+FUNDOS : 4.31
Total : 4.31

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Substituto

